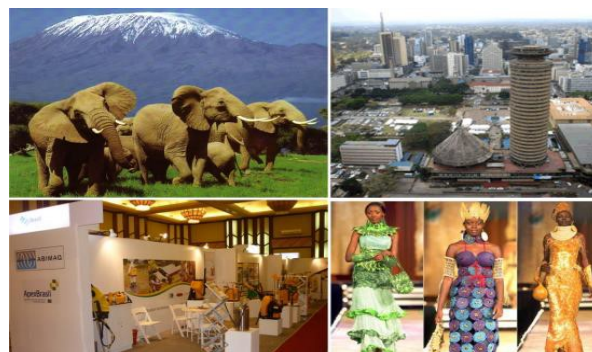




BOLETIM INFORMATIVO – MAIO 2015

Edição nº. 07 - Ano 21 - CRC/RS 3.112

The 3rd Brazil in Eastern Africa
EXPO 2015
- Joining Opportunities -
Nairobi, Kenya – 3, 4, 5 June 2015



*Registre-se como um expositor para sua chance de
entrar no Mercado do Leste Africano*

1. Multisetorial – Há um enorme potencial inexplorado em vários setores na África do Leste. Por exemplo, no Quênia, sob o modelo de desenvolvimento “Visão 2030”, o governo identifica seis setores como principal motor de crescimento nas próximas duas décadas incluindo manufatura, agricultura e agro processamento, turismo, processo de negócio “outsourcing”, finanças, atacado e varejo. A tendência é semelhante em Uganda, Tanzânia, Ruanda e Etiópia.

2. Agricultura e Maquinário – Os países do Leste da África estão despertando seu potencial na agricultura e portanto estão colocando o agronegócio no topo de sua agenda. Para alavancar o agronegócio esses países estão melhorando o desempenho do mercado, facilitando o acesso a insumos e tecnologia (sementes, irrigação e mecanização), financiando o agronegócio e aprimorando habilidades. O momento para entrar nesse mercado e fazer parte dessa história é agora. A agricultura e tecnologia do Brasil são apropriadas para oferecer soluções para a África e é por esta cooperação que o mercado anseia.

3. Beleza, moda e cosméticos – Com o rápido crescimento do mercado africano de cuidados pessoais e beleza, a África do Leste é uma excelente proposta para o mercado da beleza, especialmente nas economias de rápido crescimento da região. Há novas tendências de consumo nas cidades da África do Leste com pessoas de alto poder aquisitivo e grupos de consumidores que demandam por moda, cosméticos e beleza. Assim, os conceituados produtos de moda e beleza brasileiros terão uma ótima receptividade no mercado do Leste Africano.



www.brazileastafricaexpo.com

BRAZIL EXPO LIMITED

INFORMAÇÕES NO BRASIL: DOLAIMES COMUNICAÇÃO E EVENTOS TEL: 54-32238677 COM ANGELA LOPES dolaimes@dolaimes.com.br

REGRAS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS 664 E 665, DE 2014:

Medida Provisória: São atos do Poder Executivo (CF/88, art. 62), que propõe alterações em leis existentes, fixando sua vigência, durante seu prazo de existência e enquanto o PL (projeto de lei de conversão), não for aprovado pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República.

O prazo de prorrogação das MPs nº 664 e 665, por mais de 60 (sessenta) dias, foi determinado por Ato do Congresso Nacional. Com isto as MPs poderão vigorar até 01/06/2015, ou com a versão em Lei sancionada pela Presidência da República.

O mote de tais alterações tem sua gênese nos gastos públicos e seu aparente e muito comentado descontrole, resultando na busca pela redução de gastos com benefícios trabalhistas e previdenciários do Governo Federal, que pretende assim economizar 18 bilhões de reais por ano, de acordo com dados do Ministério do Planejamento. Alega-se que as novas regras visam adaptar a legislação previdenciária e trabalhista à nova realidade social.

Contudo, as mudanças impactam diretamente na classe trabalhadora, sem deixar de atribuir reflexos e obrigações às empresas contratantes. Vejamos, a seguir, como era e o que mudou para o benefício da Pensão por Morte:

Pensão por morte:

Sob as regras anteriores, a pensão por morte do cônjuge ou companheiro sobrevivente era “imediata” (não havia período de carência) e vitalícia. Ainda, ocorria a reversão das cotas pagas a um dependente para os demais, quando ele completava 21 anos. O valor pago era de 100% (cem por cento) do salário de benefício, que jamais poderia ser inferior ao valor de 01 (um) salário mínimo.

Com a MP nº 664/2014 passou-se a exigir período de contribuição previdenciária mínimo de 24 (vinte e quatro) meses para que o viúvo e dependentes do segurado tenham direito ao recebimento da pensão por morte. Somente não se exigirá tal período mínimo caso o óbito tenha se dado por acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho.

Ainda, com relação ao cônjuge ou companheiro sobrevivente, este agora terá que comprovar, no mínimo, também 24 (vinte e quatro) meses de casamento ou união estável para ter direito ao recebimento do benefício. Tal exigência será dispensada para cônjuge ou companheiro sobrevivente incapaz ou inválido, desde que o acidente que ocasionou tal condição tenha ocorrido após o casamento ou início da união estável.

O benefício para os dependentes passou a cessar quando completam 21 (vinte e um) anos, não mais aproveitando aos demais dependentes.

O valor a ser pago também passou a ser variável, ou seja, será de 50% (cinquenta por cento) do valor do salário de benefício, mais 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo do valor integral (100% do salário de benefício). Importante frisar que, como o cônjuge ou companheiro também é considerado dependente, sempre receberá ao menos 60% (sessenta por cento) do valor. O benefício a ser pago jamais será menor do que 01 (um) salário mínimo. Para ilustrar, apresentamos a seguinte tabela:

Dependentes	nº dependentes a considerar	Cota fixa	Cota dos dependentes	Porcentagem a receber
Somente viúvo	1	50%	10%	60%
Viúvo e 1 filho	2	50%	20%	70%
Viúvo e 2 filhos	3	50%	30%	80%
Viúvo e 3 filhos	4	50%	40%	90%
Viúvo e 4 ou mais filhos	5 ou mais	50%	50% ou mais	100% (máximo)

Não terá direito ao recebimento do benefício o dependente, cônjuge ou companheiro viúvo que for condenado pela prática de crime doloso contra o segurado, com o falecimento deste.

Mas a alteração mais significativa é que o benefício deixou de ser vitalício para o cônjuge ou companheiro, exceto para aqueles com expectativa de sobrevida de até 35 (trinta e cinco), ou seja, de acordo com as estatísticas oficiais atuais, pessoas com mais de 44 anos de idade completos até a data do óbito do segurado. Agora, os viúvos com idade menor à indicada receberão o benefício por um prazo determinado, que varia de acordo com a Tábua Completa de Mortalidade – ambos os sexos – elaborada pelo IBGE, vigente no ano do óbito, que atualmente é a seguinte:

Idade de referência	Anos de expectativa de sobrevida do viúvo	Anos de duração da pensão por morte
44 anos ou mais	Até 35 anos	vitalícia
39 a 43 anos	Maior que 35 e até 40 anos	15 anos
33 a 38 anos	Maior que 40 e até 45 anos	12 anos
28 a 32 anos	Maior que 45 e até 50 anos	09 anos
22 a 27 anos	Maior que 50 e até 55 anos	06 anos
21 anos ou menos	Maior que 55 anos	03 anos

As alterações nas regras da pensão por morte visam, além de desonerar os cofres públicos através do fim da vitaliciedade do benefício para viúvos considerados jovens, visam impedir filiações e casamentos à beira da morte com fins previdenciários. Assim, o Governo Federal visa preservar a sustentabilidade da Previdência, uma vez que o número de segurados aumentou em 30 milhões em uma década (entre 2003 e 2013) e a expectativa de vida média do brasileiro aumentou de 62,5 anos para 74,9 anos (entre 1980 e 2013).

RECEITA FEDERAL ALERTA SOBRE GOLPE ELETRÔNICO DO PROGRAMA IRPF/2015

A Receita Federal alertou os cidadãos sobre mensagens eletrônicas (e-mail) que estão sendo enviadas em nome do órgão com o falso propósito de divulgar facilidades na obtenção do Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física 2015.

Segundo o Fisco, tais mensagens utilizam indevidamente nomes e timbres oficiais e iludem o cidadão com a apresentação de telas que misturam instruções verdadeiras e falsas, na tentativa de obter ilegalmente informações fiscais, cadastrais e principalmente financeiras. Os links contidos em determinados pontos indicados na correspondência costumam ser a porta de entrada para vírus e malwares no computador.

A Receita Federal informou que não envia e-mails sem autorização do contribuinte e nem autoriza parceiros e conveniados a fazê-lo em seu nome.

Veja como proceder perante estas mensagens:

- ✓ Não abrir arquivos anexados, pois normalmente são programas executáveis que podem causar danos ao computador ou capturar informações confidenciais do usuário;
- ✓ Não acionar os links para endereços da Internet, mesmo que lá esteja escrito o nome da RFB, ou mensagens como "clique aqui", pois não se referem à Receita Federal; e
- ✓ Excluir imediatamente a mensagem.





Agenda das Principais Obrigações Maio/2015



DIAS	COMPROMISSOS
04/05	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de abril 2015
07/05	SALÁRIOS - ABRIL ✓ GFIP - ABRIL ✓
11/05	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - ABRIL ✓
11/05	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/05/2015
12/05	ICMS - COMÉRCIO - ABRIL ✓
15/05	ISSQN - ABRIL ✓ GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ✓
20/05	GPS - ABRIL ✓ IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - ABRIL ✓ ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - MARÇO ✓
21/05	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/05/2015
21/05	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - ABRIL ✓ ICMS - INDÚSTRIA - ABRIL ✓
22/05	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente maio 2015
25/05	ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - MARÇO ✓ IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - ABRIL ✓ COFINS - ABRIL ✓ PIS - ABRIL ✓
29/05	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ABRIL - ESTIMATIVA ✓ IRPJ - ABRIL - ESTIMATIVA ✓
01/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/05/2015



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 30264600

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade